

#### 4. Por que os historiadores são tagarelas?

Ainda no século XVI, uma forte consciência da indeterminação do discurso histórico quanto às categorias de verdade e verossimilhança, requisitos mínimos exigidos nas retóricas para a afirmação da coerência do enunciado dos historiadores com a realidade, parece ter surgido com imenso aspecto crítico das invectivas armadas dos exércitos ibéricos ao longo das guerras de conquistas ao redor dos territórios invadidos e dominados. Dentre as vozes que denunciaram as mais variadas formas de violência que inauguraram os tempos modernos a partir das conquistas ibéricas, o dominicano Bartolomé De Las Casas, autor de uma das mais prestigiadas crônicas sobre a destruição das Índias Hispânicas do Novo Mundo e seus povos autóctones, não perdeu de vista as investidas portuguesas na África e o sofrimento imputado àqueles que, segundo o religioso, por denegação das práticas cristãs, teriam produzido um dos maiores massacres já vistos até aquela data.

No manuscrito mantido incógnito até o século XIX, o dominicano relata as condições históricas que levaram aos portugueses obterem o domínio dos mares e terras da África atlântica. Seu relato se apresenta como a parte contrária e adversa dos relatos faustosos narrados nas crônicas do reino, sobretudo na *Ásia*, de João de Barros, com quem Las Casas parece insistir em uma disputa de argumentos e demonstrações retóricas sobre as realidades passadas, durante as conquistas ibéricas. Na percepção do religioso a respeito das chamadas guerras justas de domínio, o propósito salvacionista da empresa colonial ibérica não poderia se justificar em vista da pouca razoabilidade dos meios usados para alcançar os fins da conversão e expansão da fé católica nas terras da África e do Novo Mundo. Las Casas identificava na trajetória dos portugueses na costa africana, percurso similar àquele feito pelos espanhóis nas guerras de conquista do México. A procura obsessiva por riquezas minerais, pontos de comércio e escravos havia transformado as justificativas imperiais e reduzido o potencial de humanização do cristianismo, diante de humanidades que haviam permanecido séculos fora dos domínios do Evangelho.

É algo de se maravilhar que tenha caído tamanha cegueira sobre os cristãos, que havendo professado guardar a lei natural e o Evangelho em seu batismo, e em tudo o que toca e concerne à conversão cristã e

edificação de outros homens, seguir as pegadas de seu Mestre e guia, Jesus Cristo, entre as quais é e deve ser uma, convidar e atrair e ganhar através da paz, amor, mansidão e exemplos de virtude a fé, a cultura e a obediência e devoção do verdadeiro Deus e Redentor do Mundo, aos infiéis, sem nenhuma diferença de qualquer seita ou religião que seja, dos pecados e corrupção que possam ter [...] E fazer aos demais aquilo que desejamos que nos seja feito. E quisera que nosso primeiro ato de nossas potenciais ações fosse um gesto de paz, que déssemos por palavras e obras, não fazendo distinções entre índios ou gentis, gregos ou bárbaros, pois um só Senhor é de Todos, e que por todos, sem nenhuma distinção, morreu [...] (LAS CASAS, on-line, 2003. Tradução minha).

A *Brevíssima relação da destruição da África*, de Las Casas, escrita, provavelmente, em meados da década de 1550, reproduz extensamente a opinião dos historiadores portugueses do período sobre a fama das conquistas ibéricas no continente africano e concorre criticamente para o serviço da desmistificação dos ornamentos retóricos dos discursos imperiais elaborados em textos como a *Ásia*, de Barros e *História da conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castañeda. Narrativa contra-factual e revestida de registros que contrariam as versões cavalheirescas de conquistas apresentadas pelos cronistas portugueses em suas letras, a *Relação da destruição da África* apresenta um registro das infâmias perpetradas pelos cristãos nos territórios das Guiné. O capítulo dois da obra, dedicado especialmente a corrigir “a História del português Juan de Barros en lo que dice sobre las islãs de las Canarias”, Las Casas identificava a conquista da soberania portuguesa nas ilhas atlânticas da costa africana, com a execução de atos tiranos e brutais, que definiam o *modus operandi* dos cristãos ibéricos em suas guerras marítimas e em campo aberto, pelo domínio, espoliação e subjugação de povos nativos dos ecossistemas revelados pelas navegações.

Apesar dos tratados e suplicações, ou por mandado do Infante ou do Rei de Portugal, o que os portugueses por sua própria autoridade, sem licença del Rei e do infante, faziam muitos saltos nas ditas ilhas das Canárias e Tenerife, assim como assaltavam aos castelhanos e aos povos que haviam em Lanzarote e Forte Ventura e La Gomera, povoados de gente castelhana, como a dos canários e outras ilhas, e também por mar, e roubavam todos os que podiam, *como se fossem turcos ou mouros*, sobre o que escreveu el-Rei de Castela a el-Rei de Portugal, requerendo-lhe que mandasse cessar aqueles danos e satisfazer aos que tiveram suas propriedades roubadas e agravadas, coisas sobre as quais el-Rei de Portugal dissimulava e nada mandava remediar.

De outro modo que aformoseia o acontecido, o historiador João de Barros, que no Livro Primeiro, de sua *Décadas da Ásia*, capítulo 12, dizia que o Infante se movia por serviço de Deus e zelo do batismo dos habitantes destas ilhas, salvando as almas aos infiéis. Gentil maneira de

buscar a honra e o serviço de Deus e de batizar as almas, fazendo tão grandes ofensas a Deus, ao querer usurpar o senhorio soberano dos Reis de Castela, que pretendiam possuir naqueles mares e terras ou ilhas que nelas haviam; ou de outro modo, quebrando a paz e amizade estabelecida e jurada a Castela; ou infamando a lei sem mácula, pacífica e suave de Jesus Cristo, deitando infinitas almas ao inferno por meio de cruéis e infames guerras e matanças, sem causa nem razão alguma de justiça, ofendendo gente pacífica que nenhum prejuízo lhes houvera causado. Que modo seria este de salvar almas? Admirável e estúpida cegueira foi sem dúvida ocorrida aos portugueses (LAS CASAS, on-line, 2003. Tradução minha).

Para Las Casas, as incorreções e ornatos que concorriam para a escrita dos feitos dos portugueses na África e Índia, corroboravam uma versão distinta daquela referida em outras fontes e testemunhos, e isso não ocasionava apenas um problema de método ou de interpretação das ações históricas, revelava a mobilização de modelos historiográficos e retóricos que interpretavam os atos pretéritos e presentes do passado, enquanto fornecedores de exemplos e modelos de virtude/vícios, numa espécie de aprendizagem da história, que supunha a emulação de heróis em situações análogas. Outros letrados do Renascimento haveriam de notar a discrepância entre as coisas e as palavras, as ações e os discursos e o imenso repertório de signos capazes de serem colocados em movimento através das representações do presente dos conquistadores. Para João de Barros, escrever a história do Oriente português tratava-se de mirar na imortalização da fama de um império que acabava de surgir no horizonte. Para Las Casas e os demais críticos, se tratava de desmistificar as razões retóricas mobilizadas nesses relatos e apresentar as injustiças e opróbios praticados pelos conquistadores, em nível ontológico e semântico. Neste capítulo, buscamos reconstruir algumas das bases das redescrições da linguagem, de ordem global e local, da história e da representação, ocorridas no longo século XVI. Buscamos mostrar de que maneira emergiu, neste período, uma grande insegurança acerca da credibilidade e correção das narrativas apresentadas no gênero das *histórias*.

#### 4.1. A história nos prólogos da *Ásia*.

Se as regras de narração concernentes à exposição da matéria histórica definem uma ordem de discurso ao gênero, os *prólogos*, gênero que antecede à narrativa histórica nas crônicas, correspondem ao lugar ao qual cabe aos cronistas exporem as razões da utilidade do tema, em vista da função pragmática da leitura das histórias. São locais discursivos que condensam a representação da história como mestra da vida, provedora de exemplos e virtudes para a imitação e a auto representação letrada como prudência e decoro.

A relação entre os exemplos da história e ação política, por meio da imitação do caráter com efeitos sobre a contenção dos afetos da recepção, demonstra que as “histórias úteis”, eram artifícios aos quais convinha a frequência pública. Para o historiador espanhol seiscentista Luís Cabrera de Córdoba, “la imitación buena maestra enseña la historia, y si la naturaleza, el artificio, e el ejercicio valen mucho para la perfección de las cosas, sin comparacion es mayor el provecho que de la imitacion si recibe”<sup>1</sup>. Pois, “para saber ganar, y conservar fin del buen gobierno, halla el entendimiento el mas cierto en la noticia de los modos y traças, con que en diversos tiempos se encaminaron felicemente muchos sucessos imaginados”<sup>2</sup>. Pois, em seus fins, a história

Manifiesta las naturalezas, costumbres, novedades, los tiempos ordenes de lo estado, las señales de la antigüedad, la genealogia de nuestros mayores: llena los curiosos de curiosidad, esena los idiotas, dá salutíferos consejos, hace las personas cautas, advertidas y de hecho prácticas: Dà el devido esplendor a los dignos de glória, infâmia a los malos: aparta de vicio los ânimos, inflamalos la virtud. Distingue los villes de los osados, facile de los constantes: dize el valor em las emprezas, la prudência em los hechos, la sabiduria em los progressos: aguza el ingenio, aclara el entendimiento, ennobleze la memoria, deleita fâtasia: dá cõtento, o dolor al oyente, cõforme o q escribe a diversos fines (CÓRDOBA, 1611: 20).

Se no caso da leitura das histórias, Córdoba as imputava à pública utilidade de que com seus exemplos estivessem garantidas as fontes para um bom governo, as prescrições feitas aos historiadores não deixavam de esclarecer a importância da

<sup>1</sup> CÓRDOBA, Luis Cabrera de. *Da historia para ensinarla y escribirla*. Madri, 1611, p. 10.

<sup>2</sup> Idem, p. 11.

representação moral dos práticos das letras, pois, sendo estes a causa eficiente das histórias, um conjunto de prerrogativas se lhes estabelecia. Para Córdoba, o bom historiador deveria ser, antes de tudo, funcionário do Estado. Não bastava apenas servir às letras, mas dispor de características que lhe aprovasse nas práticas de Estado e nos negócios públicos diversos.

Há de saber buenas letras, tener lección de las divinas, ser docto em las antigüedades, pratico em el mundo, y que le aya peregrinado, exercitado em todas as matérias, principalmente de estado, inteligente em las cosas de la guerra, hombre áulico, versado em los negocios públicos, , y gobiernos de reynos, privincias y pueblos, inquiridor de los hechos ocultos, lleno de sentencias y dichos graves, instruído em exeplos, erudito, eloquente, grave, , entero, severo, urbano, diligete, medido, estudioso, de grã siso, bôdad y justicia, varo realmente Bueno, para q ni de ni quite, mas de ló q conforme a razon toca a cada uno [...] conecedor de lo bueno y de lo malo que ay em los esscritores, com perfeta prudência, tanto em ele dezir , como em el callar, moderacion em sus afectos, fortaleza em su animo para decir la verdad y igualdad en el cotar las cosas dignas de ser alabadas, o reprehendidas (CÓRDOBA, 1611: 16).

Na composição da *Ásia*, cuja escrita se inicia em 1535, sendo publicada em três partes a partir de 1552, Barros apresenta e representa as qualidades tipificadas do historiador, definindo, nos prólogos, os benefícios das letras e as opiniões sob as quais a empresa obtivera fortuna. Os prólogos, publicados em 1552, 1553 e 1563, respectivamente, nas *Décadas* primeira, segunda e terceira, estruturam a concepção de história, a defesa do letrado e os diagnósticos da leitura e recepção de sua obra. O texto “Apologia de João de Barros em lugar de prólogo”, da *Década* quarta, publicada e organizada por João Baptista Lavanha, em 1614, ilustra uma posição mais aguerrida do cronista na defesa de sua crônica junto às críticas.

No prólogo da *Década terceira*, João de Barros sintetiza a relação entre história e historiadores:

Como a historia he um agro, e campo, onde está semeada toda Doutrina Divina, Moral, Racional, & Instrumental: quem pastar o seu fructo, converteloha em força de entendimento e memória pera uso de justa & perfeita vida [...] Pero aqui fica hua parte a mães principal desta lição a história, que he saber eleger qual história esta será, pera fructificar em proveito próprio & comum (BARROS, 1563: 6).

Com esta tópica, defende-se o tema da história portuguesa, sintetizada na premissa de que o entendimento da história deveria servir à vida política sem o qual, ao entrar na esfera do Estado, “se hum homem entrar, sem doutrina de História: é

como um mudo entre doutos oradores, ou surdo entre harmonia de vozes”<sup>3</sup>, pois não estar informado da história seria como “estar posto em vida de confusão”<sup>4</sup>. Sendo a história, “agro” e “campo”, definições que a descreve como lugar de agricultura para o entendimento, colheita de benefícios e campo rústico de virtudes<sup>5</sup>, cabe ao historiador prudente, que exige um leitor discreto, isto é, um leitor que entenda, nos sentidos implícitos do enunciado, as intenções do cronista, ocupar as funções que, como letrado lhes são pertinentes, de cultivar o exercício da memória e da escritura das coisas pretéritas, beneficiando àqueles que não dispõem de tal engenho.

Este lugar “humilde” que assume o historiador, encena, dentro dos códigos repertoriados na recepção, que nada mais é do que um disfarce para a “modéstia afetada”, implícita na autodescrição do cronista como “autoridade”, o *ethos* da história, no qual, implicitamente, se lê a assimetria que se estabelece entre o historiador e seu público. A representação do decoro e da autoridade subjacente à hierarquia entre autor e leitor continua, sob a forma de aconselhamento para ofício das letras,

Somente huma coisa lembrará esta nossa pena, em que fique entendido parte do que deixou por dizer, com que satisfaremos à obrigação da prática, sem doutrina Platônica (como diz Plotino no livro da Sapiencia) que não convem olhar sempre as cousas presentes, mas a revolução que ellas tem, do preterito para o futuro. Porque o seu curso natural, he um bem responder a outro: e hum mal a outro mal, por estarem as cousas futuras sujeitas a terem as vezes que já tiveram, quase como um curso circular. *E como a história é um espartador do entendimento*, para a consideração deste natural e cristão curso, *a primeira lição (depois da divina, que sempre deve preceder a todas) em que se deve criar aqueles que Deus elegeu para o governo e administração publica, e nos Annaes e Chronicas de seu próprio Reino e pátria, e em toda a outra escritura pela qual venha em conhecimento dos homens antepassados, e do que fizeram e disseram: cá desta lição, por ser própria de casa vem eles governar e aconselhar o Reino por exemplos do mesmo Reino que he a*

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 15. Em outra passagem, na qual repete a tópica da utilidade das letras da história portuguesa, Barros escreve, lamentando: “Certo, grave e piedosa cousa de ouvir, ver uma nação a que Deus deu tanto ânimo que se tivera criado outros mundos já lá tivera metido outros padrões de vitória, assim é descuidada na posteridade de seu nome, como se não fosse tão grande louvor dilatá-lo por pena, como ganha-lo por lança”. BARROS, João de. *Ásia. Década primeira* [1552], p. 160-70.

<sup>4</sup> BARROS, João de. *Ásia. Década segunda* [1553], p. 5.

<sup>5</sup> Desse modo, também o historiador é uma *persona rústica*. Segundo Alcir Pécora, a *persona* da rusticidade, “favorece a que a qualificação de sua autoridade para dizer o que diz repouse mais em sua boa intenção de dizer a verdade e dar ao homenageado os atributos a que faz jus, do que na exata maneira de dizê-lo, na justeza de sua elocução diante da prescrição elevada do gênero”. PÉCORA, Alcir. “A história como colheita rústica de excelências”. In: *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 63.

*revolução que dissemos. O qual Reino, em os negócios e ordem do governo, segue o processo que a Natureza leva na multiplicação das famílias: que se o filho não tem o parecer do pai, tem muita semelhança com o avô, ou de algum outro parente muito conjunto, porque a natureza nunca pode tanto degenerar, que fique em monstro fora de sua espécie: assim os negócios e cousas que sucedem em vida de hum Rei, se não são semelhantes em tudo as do passado, conformam-se com as dos trespassados. De maneira que mais se parece nossas cousas presentes com as nossas passadas, que com as estranhas e remotas da pátria: por isso não louvamos muito aos homens que dão razão às histórias Grega e Romana. E se lhes perguntai sobre o Rei passado do Reino em que vivem, não lhe sabem o nome: ainda que coma os bens da Coroa, que o próprio Rei dá a seu avô. E não he muito: porque outro tanto faz os tais ao nome do primeiro instituidor de capela ou morgado que possuem. No qual esquecimento, parece que o tal instituidor do morgado, o adquiriu e ajuntou por tal modo, que o conta Deus em numero de daqueles, per os quais a Escritura diz: E a lembrança deles será deserta, quase como se não forão no mundo (BARROS, 1563: 16).*

E, seguindo com o artifício da modéstia, escreve:

*Comtudo bem sabemos que a todos não podemos aprazer, por que se em os materiais edificios, vemos que o filho nascido & criado nas casas do pae, tanto que as herda, lhe muda a janela, a porta, a camara, & troca tudo ao seu juízo, por lhe desprazer o daquele que o gerou: que se pode esperar do edificio das letras, o qual o autor delle faz commun a todas as gentes, principalmente, o da história, em que assi os doutos como os ignorantes são licenciados pera arguir? [...] E por nós trabalhamos em seguir maes as regras da história: De nenhuma coisa muito, que satisfazer ao requerimento de tantos: se em tudo não aprovemos, ao menos será em dar matéria a algus, de poderem emendar e murmurar, que he a mães doce fruíta da terra, & assi seremos aprazível a todos, a huns pera louvarem o bem dito, & outros pera terem de dizer do mal feito (BARROS, 1553: 6).*

Outro exemplo em que a “autoridade” prescreve a relevância do historiador para a causa moral das histórias como colheitas de virtudes, aparece no prólogo de 1563, onde Barros adverte acerca do malefício das “más escrituras”:

Aqui está hum grande perigo, em que pode encorrer a gente de tenro juízo, que são os mancebos, polo não corromperem com algum veneno de dannosa lição, diremos o que Platão diz em nome de Sócrates: que maes grave he o perigo no aceitar da disciplina ou lição de livros: que no comprar as cousas do mantimento. Porque este da praça não se leva logo no estômago, mas em cousa que se nellas ouver algum veneno, não nos pode empecer: & ainda sobre isso temos conselho de médicos, que nos ensina quaes podemos tomar, & quaes não: o que se não faz na compra dos livros. Donde vem, que primeiro se lavra a peçonha da má doutrina & lectura delles no animo: que assentamos no entendimento. Por acodir ao qual danno & perigo, apontaremos alguns vícios & defectos que cairão alguns desta lição da história: que sirvão em lugar de balizas, áquelle que tanto não alcança no ler & no compor della, pois a todos podem servir (BARROS, 1563: 16).

A lição das histórias, para o cronista, deveria ser medida pela doutrina de cada uma no benefício do cultivo das excelências. Sendo as histórias discerníveis por trazerem boas e más doutrinas, o cronista advertia, definindo preceitos de sua leitura, elementos que, no “compôr della”, cuidassem do ânimo do leitor. O cronista defende uma divisão rígida entre utilidade e inutilidade das histórias, postura que representa a agudeza de letrado reputado como historiador, mas que também encena os argumentos que adiante, no prólogo, desenvolveria contra os críticos, letrados e vulgos, de seu modo de narrar a história das Índias. Assegura o cronista que, do lado das boas histórias, deve-se procurar sempre aquelas que atendem pelo preceito da verdade, pois:

A primeira e principal parte da história he a verdade della, & porém em algumas cousas não há de ser tanta, que se diga por ella o ditto da muita justiça que fica em crueldade: principalmente nas cousas que tratão da infâmia de alguém ainda que verdade sejam [...] porque como evitar a hum home o ímpeto de má inclinação, quando Suetônio lhe poem exemplo de muitos em Principes illustres, como forão os emperadores: & taes vícios, que a mesma natureza fecha os olhos, escôde o rosto, tapa os ouvidos, por não ouvir taes torpezas de si. E verdaderamente nunca alguém escreveo taes abominações e abusos, q ante meu juízo não tenha por culpado nelles: como se vê nas mas molheres, que se glorião em aver muitas, porque ficão menos culpadas. Também calar os louvores de alguém, ou notar suas tachas por ódio, ou por comprazer a outrem: quanta Salústio perdeo na primeira parte, tanat culpa tem Antonio de Nebrija na seguda. Salustio calando na sua historia algumas cousas que Davao louvor a Trellyo polo ódio que lhe tinha, posto que muitos não pode encobrir, em que foi louvado. E Antonio de Nebrija por comprazer na chronica que compoz delRey dom Fernando de Castela, disse taes abominações delRey dõ Henrique. & da rainha Donna Joanna sua molher: que pera tão docto barão fora maes seguro a sua consciência e nome, por dizer que dictas (BARROS, 1563: 16).

Neste trecho, em que se ensaia uma preceptiva da história para que se a leia o público cortesão e para que se julgue suas qualidades, Barros oferece mais um lugar-comum da história como campo de agricultura de vícios e virtudes, pois se uma história escrita como convém ao decoro e a opinião comum compartilhada socialmente era verossímil e verdadeira, ascendendo os leitores das histórias à dádiva do cultivo dos melhores benefícios da boa vida em serviço da nação, o contrário, isto é, as más histórias que “enchem o entendimento de cisco” e corrompem a “fé da história”, deturpando a razão e o exemplo, ao qual devem estar



voltadas as histórias, pois “sem imitação de obras”, a fé da história, escreve o cronista, “figura pintada he, & não viva”<sup>6</sup>.

Pois, sendo muitas as maneiras de história, a crescer “co a enxurrada de livros q este tempo contém”, como afirmava o cronista, mostrava-se imperativo que se iluminasse a direita estrada dos textos, cuja definição e hierarquia empregassem o preceito da utilidade. Hierarquia que define os gêneros segundo o grau de aproximação com o mais verdadeiro, que são, pois, divididos em letras sacras e profanas, nessa ordem, dispostos por sequência em: sagradas escrituras, filosofia, história e fábulas. A sequência proposta pelo cronista segue a ordem estabelecida entre as letras mais úteis ao apaziguamento das paixões e ao cultivo da razão e aquelas que distam da verdade, não por serem falsas, mas por não servirem à experiência.

Trata-se de moralizar o público receptor, incauto nas doutrinas da história, mas também se trata, para o cronista, de emendar a defesa de seu ofício junto aos críticos seus congêneres, como Fernão Lopes de Castanheda havia feito em 1552, ao pôr em suspeição a obra do rival, quanto à fidedignidade aos acontecimentos, prescrevendo, em proveito da reputação de historiador, da qual era beneficiário e de seus livros, cujas vendas e remunerações, se considerarmos as observações que o cronista faz na *Década quarta*, obra que seria publicada postumamente, mal lhe custeava o remendo das dívidas. Aqui, a tópica da lamentação pelas difíceis condições as quais gozavam os homens de letras na corte portuguesa, mesmo que factualmente questionável, posiciona o autor sob a encenação da excelência, visto que a relação assimétrica entre as virtudes de letrado e a ingratidão dos patrícios no reconhecimento e recompensa de seu ofício de letras, amplificava o lugar-comum, mobilizado em várias partes dos prólogos, em que a negação de interesses específicos e comezinhos, levava o cronista, encenado como *persona*, a representar e a confirmar a credibilidade dos relatos.

Ainda assim, no prólogo, escrito para o volume não publicado da *Ásia*, Barros repete a imagem do homem de letras desamparado pelos préstimos e recursos do Estado, desta vez, menos por efeito de ornamento do que por, talvez, ressentimento de ter sido afastado das atividades da corte. Na citação, o cronista adverte acerca dos infortúnios que cabem aos letrados:

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 18.

Que seria melhor estudar no que o geral da gente sizuda, e prudente faz, como com o favor do officio que sirvo, e industria de minha pessoa poderei fazer de hum dez pera manter dez filhos que tenho, e ordenar-lhe a vida, com que não fiquem por portas; que fazer livros e tratados, que a elles, e a mim não tratam bem. Porque como no tempo d'agora, e principalmente neste Reyno, aquelle he avido por maes prudente, e pera maiores negócios, que maes artificios, e manhas busca pera se aproveitar do que traz entre as mãos; este he o modo da vida, que se deve seguir, pois dá todo o ser della em crédito, honra, e fazenda. *E quem se afastar desta geral estrada, além de perder o caminho, irá cair no maes profundo lugar, que tem a penitencia, quando se achar no fim da vida com as mãos vazias*; e principalmente empregando tanto tempo, e trabalho em escrever memórias alheias, por vaidade de ter alguma, com a qual causa damos matéria de riso, e zomberia áqueles, que proffessam officios públicoss, como este nosso, ao qual somos obrigados, & não a maes (BARROS; LAVANHA, 1615: 30)<sup>7</sup>.

Os prólogos, portanto, dentro das narrativas das crônicas, permitem que João de Barros organize a matéria, fornecendo imagens da representação letrada, através da qual se apresenta ao público como homem de letras, áulico e prudente, capaz de organizar e referendar preceitos para a leitura e entendimento das narrativas. Essa posição é artifício que realiza, nas letras, as convenções e posturas dignas dos indivíduos de seu estatuto e imita, como convém ao gênero de discurso da história, as dignidades reputadas aos homens de letras.

#### 4.2. Os historiadores de Espanha: onde fica o grande reino da china?

“Os padres da doutrina de Cristo são demasiado coléricos e senhores absolutos e soberbos, e com toda sua gravidade no tratamento dispensado aos indígenas, estes acabam por lhes fugir”, escreve Felipe Guzmán Pomán de Ayala, cronista peruano, em 1615, acrescentando não haver sinal de acordo entre os padres da doutrina, “de que Nosso Senhor Jesus Cristo se fez pobre e humilde para ajuntar e atrair aos pobres pecadores e leva-los à Sua Santa Igreja, e dali, ao Reino dos Céus” (POMAN DE AYALA, 1615: 10). Redigida a fim de que chegasse às mãos de Felipe III, Rei da Espanha, a *Nueva Corónica y buen gobierno*, ainda relatava,

---

<sup>7</sup> BARROS, João de; LAVANHA, João Baptista. “Apologia de João de Barros em lugar de prólogo”. In: *Ásia. Década quarta*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1615, pp. 30-31.

além dos desenganos e maus-feitos dos clérigos e evangelistas quanto ao tratamento dispensados às populações indígenas do vice-reinado do Peru, em fins do século XVI e XVII, um conhecimento profundo do espaço geográfico e cultural das possessões espanholas no Novo Mundo, inserindo, para além disso, a história dos incas na cronologia bíblica. A visão crítica do cronista acerca dos hábitos e reputação dos espanhóis na colônia contrastava com a tópica mobilizada nas letras dos próprios espanhóis, desenhando um relato tão menos conduzido por ornamentos retóricos quanto afeito à demonstração sutil das qualidades e conveniências de se amparar súditos distantes e preocupados com os bons termos do “buen gobierno” das Índias ocidentais.

Assim como feito nas letras portuguesas, a escrita crescente de obras que divulgassem ou manifestassem o saber acerca dos territórios possuídos pelos ibéricos no além-mar prescreveu uma tônica diferente no interior da cultura historiográfica da Espanha. Se em finais do século XV, o contexto de unificação das coroas de Castela e Aragão, sob a efeméride do casamento entre Isabel, a Católica, e D. Fernando de Aragão, associada à forte política centralizadora e de recuperação dos espaços ocupados pelos mouros no Mediterrâneo, urdia afirmar um conjunto de textos manifestamente voltados para a legitimação dos novos reis e da política de cruzada contra os infiéis. Por volta da primeira metade do século XVI, os interesses da Coroa, assim como dos historiadores designados para a feitura dos textos oficiais, se voltavam para a compreensão e corroboração da ideia imperial a respeito das possessões extraterritoriais do reino. Entre a formação de uma razão de Estado moderna e o culto à tradição dos antigos, a historiografia hispânica do período se afastava dos preceitos medievais de composição e narração do passado, em busca de afirmar uma identidade que trouxesse nobreza e maior lustre à concepção de império que se formava em torno da política expansionista dos Reis Católicos<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Ver CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. “Histórias emaranhadas – historiografias de fronteiras em novas roupagens?”. In: *História da América. Historiografia e interpretações*. FERNADES, Luis Estevam de Oliveira (Org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2012, pp. 14-39; GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A Espanha dos seus historiadores”, *História da historiografia*, 2014, Ouro Preto, n. 14, pp. 192-196; VIDOTTE, Adriana. “A historiografia espanhola sobre o reinado dos Reis Católicos”, *Anais do XVIII Encontro Regional de História da Anpuh-SP*, 2006, disponível em: <https://goo.gl/iatYrY>; TATE, Robert. “Italian humanism and Spanish historiography of the Fifteenth-Century”, *The John Rylands Library*, pp. 131-169, disponível em: <https://goo.gl/zuytWz>.

Tratava-se de construir uma narrativa que influísse sobre a imagem da Espanha no meio humanista europeu e afirmasse sua vocação e direito imperial quanto às possessões reclamadas e conquistadas no exterior. Vincent Barletta já demonstrou que, no jogo de narrativas do início da Modernidade, os Estados envolvidos nas conquistas marítimas e territoriais buscavam uma genealogia ilustre que confirmasse tanto em termos escatológicos de predestinação quanto em termos de um realismo político mais afeto às práticas de expansão, demonstrar através da historiografia e da arqueologia, as intersecções entre estes reinos e seus antecessores cronológicos na ordem imperial global, isto é, os gregos, macedônios e romanos, com especial e regular maximização da figura e herança de Alexandre, o imperador das Índias.

A forma da história divulgada e formulada na península ibérica neste período não se diferenciou desse modelo. É possível relacionar e averiguar as semelhanças que envolvem a projeção de obras como as de João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e Diogo do Couto, juntamente a textos espanhóis coetâneos, como as crônicas de conquistas de Gonzalo Fernandez de Oviedo, José de Acosta, Bernal Díaz del Castillo e, anteriores a estes, Alonso de Palencia, Fernando Pulgar e António de Nebrija. Em ambos os casos, o que se diferenciava não era o objeto da narrativa, se a *estória* centrada nas realizações de um governo régio – o que, cronológica e metodologicamente, poderia ser usado para distinguir a historiografia tardo-medieval das *histórias* renascentistas do século XVI - ou nas conquistas ultramarinas, mas a natureza tensionada dos relatos na caracterização de um processo de afirmação imperial que projetava tanto posições políticas designadas por um vocabulário próximo às tópicas medievais das guerras santas, quanto a aproximação de vocábulos e signos, manifestamente amparados nas expectativas comerciais das empresas coloniais.

Nesse caso, o uso sistemático de fontes, aparato crítico humanista e instrumentos retóricos de composição, a par da concepção humanista do *uomo universale* e dos aspectos teológicos e retóricos da escolástica tomista circulante nos discursos e instituições ibéricas, os relatos históricos foram se afirmando enquanto instrumento político e ideológico de construção de uma imagem de Estado católico, em concorrência direta ou indireta com os parceiros e adversários coloniais, os portugueses. Richard Kagan foi um dos primeiros historiadores a notar que a rápida burocratização das informações de Estado, na península ibérica, por

volta de fins do século XV e início do século XVI, não corroboraria a noção vigente na historiografia acerca de um suposto atraso ibérico no desenvolvimento moderno dos discursos histórico e político<sup>9</sup>. Nesse caso, tratava-se de distanciar o olhar do modelo renascentista e humanista clássico – italiano e inglês –, observando tendências e modelos distintos de classificação e tipologia das histórias e discursos com conteúdo moral acerca da aprendizagem da história.

No modelo de comunicação política, estabelecido de modo temprano nos circuitos ibéricos, de diálogo e informações, vimos que a conexão fortalecida entre imprensa, viagens de conquista e exploração, comércio e retórica, provocaram um espraiamento de versões e interesses, muitas vezes em monarquias distantes dos portos lusitanos e espanhóis, a respeito do Novo Mundo e das Índias. Um processo correspondente de imaginação coletiva a respeito do outro e do desconhecido que, ganhando audiência ao longo das primeiras décadas dos Quinhentos, se processava juntamente à consecução de plataformas políticas, militares e religiosas concorrentes entre as nações ibéricas.

Por isso, a gravidade que o discurso histórico deteve na Espanha e em Portugal, semelhante quanto às estratégias de poder e de identidade, mas diferentes no que tangia aos fins imediatos da empresa colonial, são frutos de uma versão pouco prezada da modernidade renascentista até muito recentemente, mas que predizem das linguagens e conceitos que ofereceram forma aos múltiplos agenciamentos produzidos globalmente no início do mundo moderno. Globalidade ibérica, cujas fontes encontram-se na tripla e simultânea incorporação de temporalidades históricas e geográficas, sob uma imaginária e fictícia memória histórica do passado fundacional e contemporâneo dos reinos ibéricos, a da antiguidade e herança troiana de fundação do reino da Ibéria, a expulsão dos mouros sob o governo de Isabel e Fernando e, por fim, as conquistas ultramarinas.

João de Barros, na defesa da proeminência e nas qualificações morais dos portugueses junto à promessa de expansão da cristandade nos mares e territórios da zona oriental do globo, dava início à sua crônica fazendo uma grave reprimenda aos espanhóis, a de que teria sido por castigo divino que a invasão árabe dos séculos XII e XIII teria ocorrido. Numa rápida, mas eloquente enumeração dos erros cometidos

---

<sup>9</sup> Ver KAGAN, Richard. *Clio and the Crown. The politics of history in the medieval and early modern Spain*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009, pp. 1-16.

pelos espanhóis, Barros aduzia da luta pela libertação do território português da presença islâmica duas formas fundacionais de liberdade política. A primeira, proveniente da própria luta contra os considerados infiéis, onde, auxiliados pela graça divina, coubera àqueles guerreiros libertar o território peninsular das feições invasoras e, como consequência, fundar o reino de Portugal, em liberdade e autonomia, frente à Espanha e ao Marrocos. A segunda forma fundacional aduzida do raciocínio do cronista buscava conformar a postura defensiva da fé, observada nos portugueses, e a inapetência espanhola na retomada dos territórios de Cristo.

Barros escreveu isso em 1552, o que demonstra que a reprodução de julgamentos morais acerca da posição diplomática entre os reinos ibéricos requeria uma sutil deformação retórica do outro para a correspondente afirmação de uma imagem de si, mesmo que nas circunstâncias enunciadas, a centralização dos reinos espanhóis sob uma só Coroa já houvesse ocorrido há muito e uma ampla constelação de crônicas como as de Fernando Pulgar e António de Nebrija afirmavam uma versão distinta daquela descrita na *Ásia*. A despeito da rivalidade discursiva concernente às disputas ibéricas no domínio dos trajetos das especiarias, torna-se digno de nota a correspondência concretamente afirmada entre os discursos históricos e a mobilização de identidades imperiais, que se desdobravam em acusações e manipulações de eventos, fatos e interpretações da história, numa espécie de disputa linguística pela dominação dos imaginários coletivos acerca dos grandes impérios marítimos.

Mas, o interesse dispensado pelos cronistas espanhóis às descrições do mundo no caminho de suas conquistas, - e nessa disputa linguística travada com os portugueses – incluía-se a produção de saberes a respeito dos territórios em domínio de D. João III. Deve-se a um clérigo agostiniano a realização de uma das primeiras descrições específicas do império da China, no idioma de Castela. Juan González de Mendoza (1545-1618), membro da Ordem de Santo Agostinho no México, publicou, em Roma, por volta de 1585, uma *Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del Grande Reino de la China*. Mendoza houvera estado junto a diversas mentes eruditas da Espanha daquele século e a recomendação de acompanhar o recém designado provincial da Ordem dos Agostinianos nas Filipinas a uma missão diplomática de catequização da China ocorreu frente a múltiplos fatores políticos que reconfiguravam a geopolítica dos Estados ibéricos no início da

década de 1580 e geravam transformações inquietantes na política de governação dos territórios ultramarinos<sup>10</sup>.

A proposta da embaixada espanhola rumo ao Grande Império do Meio datava de, pelo menos, 1574, época em que Mendoza conheceu pessoalmente o rei Felipe II, mas apenas em 1580, com a anexação do trono português ao império espanhol e a confirmação de uma monarquia católica que se estendia desde o poente ao nascente, a ambição evangelizadora, protagonizada pelos agostinianos, fora atendida pelo monarca e seu conselho de Estado. Como um letrado de experiência ultramarina, Mendoza parecia compreender as profundas modificações que haviam ocorrido em torno à consolidação da Espanha como força política hegemônica no Mediterrâneo e no além-mar e, por isso, acedeu com prontidão ao chamado de sua ordem rumo à viagem da qual resultaria sua obra sobre os costumes e impressões da China. Havia, desde as primeiras expedições portuguesas nos mares arrodoados de piratas da costa chinesa, um interesse prolongado das nações europeias de abrir horizontes comerciais com os chineses. Interesse sempre frustrado pelas dúvidas e decisivas maquinações políticas da corte de Pequim que em momento algum tornou mais fácil a presença europeia em seu território.

Sempre precedida de rituais e protocolos cerimoniais de difícil apreensão aos olhares ocidentais, as relações diplomáticas e mesmo comerciais promovidas entre a dinastia Ming e os estrangeiros vindos dos distantes e ignotos reinos da Iberia, nunca selaram mais do que ocasionais e esporádicas relações. A ambição a respeito das especiarias e dos mercados asiáticos da China são antigas. Em Portugal, é possível que a publicação do *Livro de viagens de Marco Polo*, por Valentim Fernandes, em 1502, realizada em meio às querelas entre setores da nobreza e a monarquia, no que diz respeito aos destinos da presença lusa no além-mar, se destino comercial ou se destino bélico, tenha acendido a chama desejosa de conhecimento e experiência dos mundos distantes donde o sol se punha. Na mesma

---

<sup>10</sup> Sobre a obra de Juan Gonzalez de Mendoza, ver GARCÍA, Diego Sola. “Juan González de Mendoza y la *Historia del Grand Reyno de la China*: la construcción del relato sinológico desde la Europa del Quinientos”, *Revista Estudios*, 2016, Costa Rica, n. 32, pp. 1-23; UEMURA, Akiko. “Juan González de Menoza: História de las cosas más notables de la China (1585)”, *Editions*, Columbia, 2016, vol. 1, disponível em: <https://goo.gl/7WPRNt>; OLIVEIRA, Francisco Roque de. “Geografia e propaganda segundo a *História del Gran reyno de la China*, de freu Juan González de Mendoza (1585-1586)”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 2008, n. 18, ano VIII, pp. 367-392; DAWSON, Raymond. *El camaleón chino. Análisis de los conceptos europeos de la civilización china*. Madri: Alianza Editorial, 1984.

época, a primeira aparição da China, em termos realistas, se dá em um mapa, o *Planisfério de Cantão*. O mapa reproduzia de maneira distorcida o território chinês junto à Malaca e só depois de diversas expedições e comitivas enviadas àqueles mares, os desenhos topográficos e as descrições antropológicas tornar-se-iam mais condizentes às proporções territoriais do imenso império oriental.

Reconhecida como um mercado atraente e promissor para os negócios del Rei, entre 1511 e 1518, duas embaixadas procuraram adentrar as fronteiras chinesas, recolhendo informações e buscando alicerçar tratados de amizade e comércio entre ambos os reinos. Em 1515, a *Suma Oriental*, de Tomé Pires, dava uma ideia pragmática, no que tangia à divulgação de informações a respeito do império, para o conhecimento das navegações e potencialidades comerciais do que aguardava aos europeus, caso aberto fosse uma via de acesso direto entre Lisboa e Pequim. Na expedição de 1517 a Cantão, Fernão Peres de Andrade retrata com mais fidelidade as características que se tornariam correntes nas crônicas e descrições de viajantes na Europa a respeito da China e de seu governo.

Como mais tarde seria reconhecido por João de Barros, o imenso império dos fins do mundo detinha uma imensa capacidade de rivalizar com a Europa em inúmeros aspectos, especialmente nos domínios da civilidade, da polícia dos costumes, como seria recorrente na linguagem do período, onde moral e ação política são concordes à exata representação dos lugares sociais designados a cada membro do corpo político. Também seria lembrado pelo cronista que mais havia se dedicado a aprender sobre os chineses, a superioridade, muitas vezes apresentada por estes, na aplicação da justiça social, da prosperidade econômica, de sua densidade populacional e da capacidade administrativa do Estado (LOUREIRO, 2002: 7).

A publicação da *Historia*, de Juan Gonzalez de Mendoza muda a paisagem imaginária e informativa até então dominada pelas narrativas portuguesas entre os públicos leitores europeus, ávidos por notícias do Oriente. Em comparação às obras redigidas sobre a conquista do México e do Peru, por cronistas espanhóis, a definição de um gênero como os estudos sinológicos na Europa do século XVI, compreensivelmente dominada pelas crônicas ibéricas e de viajantes europeus diversos, a publicação de uma obra como de Mendoza não significaria um desvio importante no curso das letras europeias, não fosse a situação específica de sua feita. No ano de 1585, quando o texto recebe a aprovação papal para a impressão,



as notícias da China narradas pelo clérigo agostiniano se confundem com os projetos comerciais da monarquia filipina, presente nas quatro partes do mundo. Dois objetivos políticos são comumente destacados quanto à impressão da crônica de Mendoza: o cruzamento entre os interesses mercantis da Coroa espanhola na obtenção de contratos com os mercados chineses e a celebração do império da fé quanto à conversão dos chineses.

Serge Gruzinski remete à expedição protagonizada pelos respectivos agostinianos, o fortalecimento de uma dupla concepção política, deveras presente na determinação das práticas comerciais e belicosas dos ibéricos nas partes do Extremo- oriente, desde as expedições iniciais de 1511, de Tomé Pires. Uma particular prudência nas relações entre os Estados, que destoava da política de guerra justa e rapinagem feita em outras porções do território ultramarino, como no caso da conquista de Goa, por Afonso de Albuquerque. Essa prudência, em particular no caso da China, alimentava uma postura oficial das monarquias ibéricas quanto ao diálogo e afirmação de seus interesses por vias diplomáticas. De outro lado, a sanha cruzadista, não desaparecida na segunda metade do século XVI, se confundia, muitas vezes, com intenções de conversão religiosa. E, nesse contexto, a comitiva dos padres agostinianos parte da Espanha.

Parando, primeiramente, no vice-reinado da Nova Espanha, a comitiva se vê tolhida de suas intenções, devido ao adoecimento de parte de seus integrantes e a decisão tomada por uma junta convocada pelo vice-rei, Lorenzo Suárez de Mendoza, quanto às possibilidades do prosseguimento de viagem. Ali, Juan Gonzalez de Mendoza decidiu tomar informações de pessoas que estiveram nos mares da China a respeito dos mais variados aspectos. Na dedicatória da crônica, Mendoza informaria aos leitores: “procurei me informar e saber notícias de pessoas que haviam estado na China e haviam traduzido alguns livros e histórias daquele reino, e de alguns papéis e relações que puder haver em mãos”. Impossibilitados de prosseguirem viagem, devido à intervenção do governador das Filipinas, para quem a guerra com a China parecia mais proveitosa do que as veleidades diplomáticas da comitiva de padres, Mendoza regressa à península ibérica e depois a Roma, onde redige o texto da crônica.

Parece notável a maneira como as crônicas dos Quinhentos deram forma e imagem à realidades que, por inúmeras questões, só puderam ser conhecidas através dos relatos de testemunhos e de textos redigidos por viajantes e traduzidos das obras

originais. O caso da *História* de Mendoza é mais paradigmático ainda, posto que descreve de modo deslumbrantemente realista as feições daquele império ao qual fora impedido de prosseguir viagem. Destaca-se que, mais do que autoria, a força motriz desses textos se reconhecia na capacidade de articulação entre invenção retórica, narração e a coleta de informações de fontes as mais diversas. O incrível afluxo de papéis, traduções, mapas, relatos informativos e descritivos, testemunhos orais e visuais, que aparecem na Europa deste período, compunha a margem de fontes às quais recorriam os historiadores para narrarem as façanhas ibéricas ao redor do mundo. Se nesse caso, a retórica e a capacidade de criar paisagens e corografias, segundo a *informação* e não segundo a *experiência*, remete às formas tópicas e retóricas de distribuição dos saberes entre os públicos leitores, isso não significava que não houvesse um esforço crescente, por parte dos cronistas, em tornar verossímil e realisticamente concebível aquilo que era objeto de suas descrições.

Das fontes mobilizadas para a escrita das histórias da China, em um contexto ibérico, teria sido uma mudança de eixo de narrativa as informações contidas na *Ásia*, de João de Barros, o primeiro cronista português a preencher as folhas das história do Oriente com fontes diretamente trazidas da China, em traduções realizadas, com muita probabilidade, por um escravo chinês conhecedor das letras, levado a Lisboa e adquirido pelo cronista, por volta da década de 1530. O estabelecimento de uma colônia e uma fortificação em Macau, em 1554, resultou na presença definitiva dos portugueses na região chinesa e embora a recepção chinesa lhes não fosse o suficientemente amistosa para determinar relações de dominação como as desenvolvidas na Índia, a abertura desta via comercial tornou possível a produção de um profícuo conhecimento sinológico a respeito dos povos orientais. De ambos os lados do mundo, portugueses e espanhóis, as duas nações ibéricas globalizadas e em busca de fontes e rendas comerciais lucrativas, viam suas expectativas comerciais e religiosas se debaterem frente à impossibilidade de conversão da China à religião católica. É desse ponto de vista que percebemos que as descrições produzidas pelos letrados ibéricos a respeito do Império dos Ming, se devia a meticulosas definições políticas e mesmo intuições a respeito da prudência quanto ao tratamento reservado à cultura chinesa.

O interesse despertado pelos espanhóis quanto à produção de letras orientais que dessem conta de desenvolver uma narrativa a respeito desses espaços de

comércio e perspectivas de lucros, mostra uma insondável capacidade de promover o interesse universal de conquista e comércio nos territórios do globo, com uma diferença de ênfase, calculadamente mostrada por portugueses e espanhóis. No caso dos portugueses, o estabelecimento pacífico da colônia cristã de Macau, diferindo das práticas anteriormente mobilizadas na África e no Malabar; no caso dos espanhóis, a consecução de uma política diplomática, donde estava ausente a feérica conquista outrora encetada nas Índias Hispânicas contra os indígenas. Interesse nada incomum a respeito do Oriente, que se manteria como indexador do imaginário europeu a respeito do Outro, por todo o século XVI, XVII e XVIII, embora fosse pouco a pouco voltando esse olhar enigmático às alteridades das Américas, o percurso das histórias e livros de toda ordem sobre a Ásia, reafirma uma convicção estabelecida entre letrados funcionários das Coroas ibéricas e suas políticas de estabelecimento nas praças comerciais ao redor do mundo: a fundação de uma *biblioteca* mundial, que correspondesse com exatidão a cada lugar e cada indivíduo, descrito e narrado, sem que nenhuma coisa ou informação estivesse ausente da órbita e do conhecimento do mundo revelado, a partir do século XVI, às nações europeias.

Por volta da primeira metade do século XVII, Francisco de Herrera Maldonado, aquando da tradução da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, usava a oportunidade para descrever, como letrado da Coroa, o catálogo de uma biblioteca ideal, para doutos e letrados, sobre a China. Compunha o dito catálogo mais de setenta obras, em castelhano, português, latim e algumas em francês, dentre elas, tanto crônicas quanto itinerários, histórias, traduções, relações, poemas, cartas e outros gêneros, formando, assim, uma rede de saber intertextual, de uso regular e recomendado aos funcionários e letrados, que conformavam e davam os contornos definitivos da visão livresca e fascinada, bem como fascinante, que a China e, por extensão, o Oriente e seus extremos, despertavam junto às audiências desses países (VILÁ, 2013: 74). Não parecia, sendo a perspectiva conjuntural e estrutural, que animava aos reinos ibéricos, inusitado que, as imperfeições e erros de doutrina dos cristãos, fossem denunciadas, no Peru, por um cronista inca, e que do outro lado do mundo, os espanhóis se debruçassem com dificuldade rumo à penetração do universo chinês. Era a exata medida do tempo e do espaço geográfico dos poderes hegemônicos pelos quais emergia um sentido de modernidade, que se definia.

### 4.3. Os demônios e a sibila de Montaigne.

“Abraçamos tudo, mas só pegamos o vento”. Nessa paráfrase do Eclesiástes, de 1580, incluída no capítulo “Dos Canibais”, dos *Ensaio*s, Montaigne indicava a instabilidade dos saberes humanos e desconfiava que as transformações tecnológicas e científicas de sua época pudessem levá-los a uma melhor compreensão de si mesmos. Anos mais tarde, no capítulo “Dos coches”, escreveria: “Nosso mundo acaba de encontrar um outro mundo (e que nos indaga se é o último de seus irmãos, já que os Demônios, as Sibilas e nós o ignorávamos até o momento?)” (MONTAIGNE, *apud* LESTRINGANT, 2006: 516). Quem indaga a quem? Para Montaigne, os homens do século XVI, eram indagados pelos Novos Mundos quanto às certezas de uma imagem sólida e compreensível do *orbis* habitado – e agora sabido dos *gentis homens* de letras e armas – por múltiplas e diferentes humanidades.

Se as vozes inspiradas dos Demônios, das Sibilas e dos textos sagrados nada disseram acerca das humanidades incógnitas, como poderiam os mortais – a opinião corrente – acercarem-se de quaisquer certezas? A experiência desestabilizava o presente, e todo o saber antigo e moderno nada podiam dizer quanto as possibilidades de uma expansão infinita do mundo. Frank Lestringant explica com graciosidade que

A imagem do mundo em movimento expressa perfeitamente o estado de espírito de Montaigne diante das profundas transformações de sua época. A imagem da terra jamais havia exibido tal instabilidade. Por culpa, em primeiro lugar. Das grandes navegações, que estilhaçaram o mundo fechado da Idade Média. Já não havia um único continente, envolvendo o Mediterrâneo central, útero confortável onde se abrigavam as certezas dos antigos, mas uma poeira de ilhotas, arquipélagos, lascas de terra, que vogam à deriva num oceano desmesuradamente ampliado (LESTRINGANT, 2006: 516).

Assemelhado às navegações, o percurso do filósofo nos *Ensaio*s segue o ritmo dos navios, ancorando em lugares provisórios, passando por turbulentas paragens e rotas sinuosas, imprevisíveis, reduzida ao instante. A apreensão torna-se provisória e a fixação, momentânea. E os objetos podem inquirir aos sujeitos, invertendo a lógica com a qual os estudos vinham sendo feitas acerca da natureza e

dos homens (LESTRINGANT, 2006: 517). A própria linguagem passa por transformações poderosas e, dada a instabilidade das imagens do mundo, os *topoi* se tornam reconhecidos por aquilo que efetivamente o são, ficções engenhosas que permitem representar o real, “ou melhor, imaginá-lo, por aproximações sucessivas” (LESTRINGANT, 2006: 517). Essas imagens de mundo, indexam o outro e sua diferença numa relação de aprendizagem e devaneio que busca um saber fugidio, uma aproximação de algo maior do que a notícia.

No famoso capítulo “Dos Canibais”, o filósofo apresenta sua versão dos índios Tupinambás do Brasil, inspirado nos relatos de viajantes como Thévet e Jean de Léry:

Trata-se de uma nação, diria eu a Platão, na qual não existe nenhuma espécie de comércio; nenhum conhecimento das letras; nenhuma ciência dos números; nenhum magistrado ou superioridade política; nenhuma vassalagem, riqueza ou pobreza; nenhum contrato, nenhuma sucessão, nenhuma partilha; nenhuma ocupação que não seja ociosa; nenhuma consideração do parentesco, a não ser a de todos; nenhuma roupa; nenhuma agricultura; nenhum metal; nenhum vinho ou pão. Ao próprias palavras que significam mentira, traição, dissimulação, avareza, inveja, maledicência ou perdão lhes são desconhecidas (MONTAIGNE, I, 31 *apud* LESTRINGANT, 2006: 518).

Mas, logo em seguida, Montaigne se afasta do lugar-comum do primitivo ou da Idade do Ouro. Recorda que os índios tupinambás possuem armas e uma bebida feita de uma certa raiz, “da cor de nossos vinhos claretos”. E segue explicitando modelos de objetos que compõem as artes as quais os indígenas têm conhecimento. Em sua *librèrie* no castelo que ocupava ao sul da França, Montaigne montou um observatório do mundo. Ali, leu os relatos de Thèvet e Léry, os cronistas espanhóis Francisco López de Gomara e Gonzalo Fernandes de Oviedo, a *Brevíssima relação da destruição das Índias*, de Bartolomé de Las Casas, e o *De Glória*, do português Jerônimo Osório, a quem elogiaria como sendo bom historiador. Montaigne possuía uma experiência material dos Novos Mundos e os testemunhos que lhe chegavam, lhe ofereciam uma visão acerca dos novos tempos. Um de seus maiores testemunhos diretos do Brasil era um criado, que estivera presente à fundação da França Antártica, por Villegagnon, na Baía de Guanabara. Costumava interroga-lo, este “homem simples e grosseiro”, que não demonstrando preconceitos, tornava-se apto a fornecer um “testemunho verdadeiro” (LESTRINGANT, 2006: 520).

Para investigar os aspectos das cosmogonias e culturas bráslicas, possuía uma coleção completa de redes e fios de algodão, bordunas, pulseiras de madeira – com as quais os índios cobriam os pulsos quando em combate – bastões, instrumentos musicais, tornando-se fragmentos de realidades, as quais, longínquas, eram a própria experiência americana do filósofo (LESTRINGANT, 2006: 521). A imagem americana de Montaigne não admitia o estático e a tupinambização de sua versão da América mostra as singularidades e complexidades dos povos nativos, ora sanguinários, ora refinados. Contemporânea à perspectiva de Montaigne, o *De procuranda Indorum salute*, do jesuíta José de Acosta, publicada em Salamanca, em 1588, distinguia três categorias de bárbaros, segundo os graus de convertibilidade:

Os bárbaros selvagens do Brasil e do Caribe, que vivem nus e em bandos, devem ser duramente combatidos, de modo que seus corpos abatidos sirvam de tábula rasa para a inscrição da verdade do Evangelho. Por outro lado, as nações mais policiadas do México e do Peru, cuja organização política é notável, mas que desconhecem a escrita, receberão tratamento mais clemente. Finalmente, os pagãos que possuem civilizações brilhantes e tradição escrita serão trazido à religião cristã pela brandura e pela persuasão (LESTRINGANT, 2006: 540).

A tipologia de Acosta, disseminada por toda a Europa, estava muito longe da compreensão que Montaigne tinha das civilizações americanas e, não obstante, fez carreira entre as missões e as ideologias imperiais de submissão dos indígenas. É possível que, entre os “pagãos que possuem civilizações brilhantes”, Acosta tivesse em mente os chineses, que nunca se reduziram ao cristianismo e continuaram sendo um objeto de desejo de conversão entre os padres espanhóis por toda a Idade Moderna. Cabia saber, se a arbitrariedade com a qual se pretendia converter aos corpos e almas dos nativos, os tornaria semelhantes aos europeus. Para Montaigne, a diferença entre uns e outros, os tornava um ponto de ancoragem para pensar a própria imagem de Europa e as guerras e tiranias intermináveis às quais esta se submetida. Os tupinambás pareciam, à distância, mais civilizados que os europeus.

Essas leituras parecem ter influenciado a compreensão que Montaigne tinha das histórias de seu tempo. Sabemos que, no século XVI, a composição de *histórias* não supunha o exercício de compreensão do passado, mas de memória e elogio de feitos e indivíduos, uma história alicerçada nos *pragmas*, lidos através dos *topoi* retóricos, que coadnuva uma interpretação baseada em imagens definidas nas letras

e nos decoros da sociedade. Tendo lido as histórias das conquistas hispânicas e, diante de sua experiência sensorial das Américas, Montaigne diria, no capítulo “Dos Livros”, acerca dos historiadores:

Entre os historiadores, aprecio os que são muito simples – ou os excelentes. So que são simples, não podendo acrescentar algo de seu ao que contam, recolhem com cuidado e exatidão tudo o que chega a seu conhecimento, tudo registram de boa fé, sem selecionar, sem nada fazer para que possam influir em nosso julgamento, na descoberta da verdade [...] os historiadores perfeitos têm a inteligência necessária para discernir o que se deve passar à Eternidade. São capazes de sitinguir entre dois relatos, o mais verossímil. Da situação em que se encontram, os príncipes e seu caráter, induzem os moveis que ditam suas determinações e põem em sua boca as palavras adequadas Às circunstancias. São levados a impor-nos sua maneira de ver, mas isso é peculiar tão somente a um pequeno numero deles (MONTAIGNE, 2010: 356).

E acrescenta ao já observado:

Os [historiadores] que ocupam um lugar intermediário – maioria – estragam tudo. Querem mastigar os fatos para nós; pretendem julgar e falseiam a história de acordo com o que dela pensam; pois uma vez que se julgou num dado sentido não há como deixar de deturpar os fatos ou apresentar de maneira a comprovarem a ideia preconcebida. Escolhem-se, geralmente, para historiógrafos – sobretudo em nossa época – indivíduos medíocres, somente porque sabem falar bonito como se fosse para aprender gramática que precisássemos de suas obras. Quanto a eles, tendo sido escolhidos unicamente por causa de sua *tagarelice* com isto se ocupam; e, recheadas de belas frases e boatos ouvidos nas praças das cidades, compõem as suas crônicas (MONTAIGNE, 2010: 356).

Em outro lugar, Montaigne revela que há mais trabalho em se interpretar interpretações do que coisas, e que todos os livros eram citações de livros anteriores, o que tornava o trabalho de interpretação uma espécie de ciência da glosa. A história, segundo o filósofo, permitia, através dos livros, que se frequentasse as melhores almas de todos os séculos. Nada disso via nos livros e historiadores seus contemporâneos. Lendo as crônicas hispânicas, percebia uma engenhosa rede de tópicos e ornamentos vistosos, mas que nada entendiam acerca dos indígenas, a não ser que eles eram idólatras necessários de serem reduzidos à religião cristã. Tal *tagarelice* – mistura de retórica mal-ajambrada com falsificação dos fatos para melhor recepção nos círculos de leitores europeus – tornava os historiadores inimigos da própria história.

Plutarco, o conhecido biógrafo e moralista do império romano, dizia que a tagarelice era coisa impossível de se curar e avisava, quanto aos males e perigos de elucubrações nervosas e disparates linguísticos, que dominavam as letras e o pensamento de seus contemporâneos, o perigo da linguagem. A tagarelice estava próxima à decadência da eloquência. Citando indiretamente Plutarco, Montaigne demonstrava a decadência do gênero história. Impressiona o fato de Montaigne citar Jeronimo Osório e tecer-lhe elogios. À altura em que os *Ensaio*s foram concluídos, o Cícero português havia falecido há muito, deixando impressas algumas de suas obras, como *De nobilitate civili et christiana*, de 1542, e o tratado *De Gloria*, de 1549. 13 edições foram impressas em latim, no século XVI: em Portugal, na década de 1540, Florença (1552), Alcalá (1568), Basileia (1571), Colonia (1576), Bilbao (1578) e Londres (1580). Mas aqui, trata-se de observar outra publicação do letrado e religioso português. Publicada em 1571, o *De rebus Emmanuelis gestis*, oferecia uma visão geral e eloquente na medida conveniente acerca dos descobrimentos portugueses e fazia elogios ao reinado de D. João III<sup>11</sup>.

Escrita, provavelmente, para satisfazer algumas exigências daqueles que não se sentiam à vontade com os livros de Barros, Castanheda e Damião de Góis, o *De rebus Emmanuelis* trazia inconfundíveis descrições da China e seus habitantes. No *De Gloria*, já informava quanto às artes mecânicas da impressão dos chineses, afirmando que “na impressão de livros, os caracteres de bronze, que só há pouco se usam entre nós, são usados por eles há tempos quase infinitos” (OSÓRIO, *apud* TORRÃO, 1991: 454). E, na glosa de passagem do *De Gloria*, feita por Fernão de Castanheda, na *História do descobrimento da Índia*, referia-se à importância dos letrados no reino da China:

Na justiça que he mór offycio do Reyno tem três homens grãdes letrados q chãman colous: [...] & vêm a merecer estes cargos por letras & por bõdade; [...] E estes ofycyios dos colous vêm nos a ter homens baixos, que não se olha senão que sejam velhos bõs homens e letrados [...] & o principal deles he o tutão: há de ser homem letrado, velho, & bõ homem

<sup>11</sup> Sobre a obra de D. Jerônimo Osório, ver TORRÃO, João Manuel Nunes. “D. Jeronimo de Osório e o *De Gloria*: um *best-seller* europeu dos Quinhentos”. In: *Humanismo, diáspora e ciência (Séculos XVI e XVII)*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto e Universidade de Aveiro, 2013, pp. 233-250; BUESCU, Ana Isabel. “Um discursos sobre o Príncipe. A pedagogia especular em Portugal no século XVI”, *Penélope*, 1997, n. 17, pp. 33-50; RACINE, Matthew. “A pearl for a Prince: Jeronimo Osorio and Early Elizabethan Catholics”, *The Catholic Historical Review*, s/n, 2001. Sobre a presença dos livros de Osório no texto de Montaigne, ver GUILD, Elizabeth. *Unsettling Montaigne. Poetics, ethics and affect in the Essais and other writings*. Cambridge: D. S. Brewer, 2014.



[...] Coestes anda outro que se chama ceiu, que há de ser letrado & conhecido per bõ homem (CASTANHEDA, *apud* TORRÃO, 1991: 456).

As imagens da China nas letras portuguesas eram dominadas pela utopia do bom governo, o qual reputava, com base em fatos, ou em suas próprias versões e interpretações da cultura imperial chinesa. Justiça, retribuição por mérito, reconhecimento, virtude e entendimento de homens honestos e letrados, categorias que diziam da ausência implícita nos negócios do Estado da Índia portuguesa. Imagens utópicas da justiça distributiva aparecem em todos os cronistas e, talvez, seja um dos motivos pelos quais a nuvem de incertezas que cobre o reino da China para os ibéricos, os tenha mantido sempre alerta para interpretar os signos daquela sociedade fechada aos estrangeiros. Montaigne pode ter tido notícias do Oriente Extremo através desses livros. É provável que não tenha lido João de Barros, mas deve ter conhecido a obra de Osório, já que se refere a ele nos *Ensaio*s.

No *De rebus Emmanuelis*, Osório reforça a visão de que na China, o engenho e estudo das letras são recompensado com honra e cargos de grande poder no governo, o que constrói a ideia de uma república orientada por letrados:

Entregam-se aos estudo das letras e os que alcançam maiores progressos são presenteados com as maiores honras. [...] Os que se dedicam ao direito civil, são tidos com grande consideração. [...] O estado está dividido em três classes. O poder obtêm-no os que tiverem bom desempenho no estudo e na aprendizagem do Direito (OSÓRIO, *apud* TORRÃO, 1991: 458).

Esse sistema de governo, baseado no talento e engenho dos entendidos nas letras surge, pela primeira vez, no *De Gloria*, onde define uma sociedade orientada pelo modelo platônico. No diálogo, o personagem Jean Matal chega a dizer: “se é verdadeira a afirmação de Platão de que há-de ser feliz a República que se entregar a governação dos filósofos, os chineses devem ser considerados felizes” (OSÓRIO, *apud* TORRÃO, 1991: 458). A predileção pelo sistema de recompensas e governança dos chineses ainda ressurge em outras partes do tratado sobre a glória. Nele, a superioridade dos povos chineses demonstra a desvantagem da nação portuguesa:

Afirmam que dificilmente haverá algum povo que na grandeza de suas cidades ou na beleza de seus edifícios, ou no nível de vida e de cultura,

ou no amor ardente às artes, possa ser comparado à nação chinesa (OSÓRIO, *apud* TORRÃO, 1991: 459).

Esse pensamento acerca da excelência das artes entre os chineses, seria mais tarde desenvolvida sob o argumento da especialização dos agentes de Estado. Segundo Osório, os indivíduos bem entendidos nas letras deveriam estudar anos a fio para se provarem merecedores de honra. Passavam por inúmeros testes, até que estivessem prontos para assumirem cargos de governança. Sabedoria e arte subsumiam-se no mesmo corpo.

Dizem que entre eles se dá tamanha importância à instrução que de modo algum é lícito confiar o supremo poder senão a quem tiver demonstrado possuir um domínio perfeito da cultura. E, na atribuição dos cargos, *não tomam em consideração o nascimento e a fortuna, mas unicamente a instrução*. [...] São, porém, poucos aqueles que, através de todos os degraus da instrução, ascendem aos postos mais elevados, muitos por falta de recursos naturais e não poucos de bens da fortuna. Contudo, estes poucos detêm o poder supremo e estão colocados nos cargos mais altos da política (OSÓRIO, *apud* TORRÃO, 1991: 459).

Essas imagens de justiça e boas letras, diferente das promoções por sangue e do exercício de funções adquiridas pela compra do direito de exercê-las, muito comum na Europa, podem ter admirado ao filósofo francês em seu *château*. Montaigne compartilhava de imagens semelhantes acerca dos letrados e, anos antes da publicação dos *Ensaio*s, Étienne De La Boétie escrevera seu *Discurso sobre a servidão voluntária*, no qual criticava a ausência de espírito crítico e bom entendimento de seus contemporâneos, críticas virulentas contra a afirmação do poder real, que ia se estendendo e estrangulando os antigos direitos da aristocracia. Bom historiador, Osório, na concepção do filósofo, ia muito longe aos tagarelas. A concepção de história perfeita para Montaigne ainda estava longe das descrições do *De Gloria*, do *De Emmanuelis Rebus* ou das crônicas de João de Barros. A experiência privada dos artefatos em sua coleção lhe permitia compor uma experiência da história que não admitia fraudes ou perturbações do entendimento. O registro antiquário, como bem apontou diversos de seus estudiosos, lhe apresentava algo que os livros de história não podiam computar, algo fugidio e instantâneo, mas que ao mesmo tempo revelava a presença de outros mundos e sujeitos.

O equilíbrio entre o colecionismo e o livresco, que compõe os registros das histórias portuguesas, tomaria seu ponto máximo na *Ásia*, de João de Barros. A ele, não cabia apenas *mover* os afetos do público com ensinamentos virtuosos de seus compatriotas para serem emulados a posteriori, lhe cabia, igualmente, a fortuna de realçar as cores e contornos da história da conquista do Oriente, através da criação de um complexo visual-corporal, em que, o corpo do historiador, entre os objetos da coleção, se misturava à sua presença. E sabe-se que nas descrições corográficas e dos aspectos antropológicos das sociedades do Pacífico, Barros não usou apenas de relatos e testemunhos: mobilizou uma ampla rede de objetos e livros, comprou escravos-intérpretes para que pudesse ler os livros de história dos cronistas persas e os tratados de cosmografia chineses. Essa orientação material da história faria com que a crônica se estabelecesse entre dois caminhos: da retórica e da materialidade. Ambos convertiam-se e contaminavam-se, sem que com isso se possa dizer que fossem modelos antitéticos de se escrever *histórias*. De certo modo, o lastro material das coleções silenciava a tagarelice e mostrava uma eloquência mais viril e potente do cronista.